

CAROLINA MICAËLIS DE VASCONCELLOS

A. Fernandes Tomás
e a lenda do Abade
D. João de Montemór



COIMBRA
Tipografia Reis Gomes
1923

COMPRA

~~V~~
~~15113~~

R 182502

A LENDA DO ABADE JOÃO DE MONTEMÓR

Ao maior dos serviços que Aníbal Fernandes Tomás me prestou, a mim e às letras pátrias, passando-me, a-fim-de livremente dispôr dêle, o importante *Florilegio de diversos autores lusitanos dos séculos XVI e XVII* (com inéditos do cantor dós *Lusiadas*, e sobretudo, do primeiro coleccionador das *Rimas* camoneanas, o prendado *Soropita*) — tesouro que o sempre vigilante bibliófilo adquiriu na Holanda e hoje se conserva no Museu Etnológico de Belém, graças ao patriotismo do Dr. Leite de Vasconcelos — lhe tributei sinceros agradecimentos, particularizando o seu alto valor, num dos *Estudos Camoneanos*, que estou a publicar ⁽¹⁾.

A respeito de outro benefício, parecido e também valioso, que as letras luso-hespanholas lhe devem, resolvi, e prometi no preâmbulo do *Cancioneiro*, dizer aqui duas palavras, persuadida como estou de que nesta praia ocidental pouco ou nada se sabe dêle. Porque, embora pertença á literatura nacional a obra de que o coleccionador possuia um exemplar único, que me franqueou, ela tem redacção *castelhana*; e foi publicada

(1) Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *O Cancioneiro Fernandes Tomás: Índices, Nótulas e Textos Inéditos* — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922 — IX-71 págs. Com tiragem especial de exemplares numerados e rubricados.



na Alemanha, apenas para os sócios da *Sociedade de Literaturas Românicas*. (1)

E foi recebida com interesse e aplauso só no centro da Europa (2) e entre os hispanófilos da América do Norte. (3)

Em Portugal foi, que eu saiba, mencionada apenas uma vez, num efêmero artiguinho do próprio Aníbal, (4) em que o leitor mal chega a saber quais foram os subsídios, com que nos socorreu, de um lado com a modéstia, e do outro lado com a generosidade e o entusiasmo que o distinguiam. «Subsídios com que nos socorreu» quer dizer quanto aos beneficiados: ao ilustre autor da obra de que trato, o universalmente respeitado Romanista da Universidade de Madrid, que dedica os seus esforços, com raro êxito, ao esclarecimento das *Cronicas Generales* e da poesia épica peninsular: *Cantares de gesta* e *Romances* (5). Em segundo lugar nos se refere à autora destas linhas que gostosamente ajudou o amigo, quanto á matéria portuguesa, e foi intermediária entre êle e Fernandes Tomás.

Pidal descobrira, durante os seus vastos e profundos estudos sôbre as *Cronicas* (6), a mais antiga redacção, até hoje conhecida, da *Lenda do Abade D. João de Montemor*, em manuscritos da segunda metade do século XV e princípios do XVI. Ela constitui um capítulo (7) do *Compêndio Historial* do Arcipreste Diego Rodrigo de Almela, um dos mais eruditos historiôgrafos do tempo dos Reis Católicos. (8) Sabedor pelas Car-

(1) Ramon Menendez Pidal, *La Leyenda del Abad Don Juan de Montemayor* — Dresden, 1903.. LXXIII — 63 pags. in-8.º = Vol. II da *Gesellschaft für romanische Litteratur*.

(2) Gottfried Baist, em *Litterarisches Zentralblatt* de 1905. N.º 44, pag. 1466.

(3) Milton A. Buchanan, *A neglected Edition of "La Leyenda del Abad Don Juan de Montemayor"* — *Modern Philology*, 1905 (Janeiro).

(4) *Gazeta da Figueira*, de 6 de Fevereiro de 1904: *A lenda do Abade João de Montemor*. Assinado Amilcar.

(5) O volume monumental sôbre o *Poema del Cid*, o estudo exaustivo sôbre os *Infantes de Lara*; outro sôbre *Fernan Gonzalez*; numerosos tratados sôbre *Romances* na *Revista de Filologia Española* dão prova da sua erudição e do seu patriotismo.

(6) Vid. *Cronicas Generales de España*, 3.ª ed. (1918).

(7) Cap. 287.

(8) O investigador castelhano conhece duas redacções dêsse *Compêndio* inédito. E pôde explorar um manuscrito da primeira, de 1479, e quatro da segunda, retoçada, antes de 1516, por outrem. As variantes não são incisivas. Apenas redaccionais. Só a última, de que terei de dizer duas palavras no texto, é um acréscimo relativo ao Abade de Alcobça e aos habitantes de Montemór, descendentes dos degolados e ressuscitados em 880.

tas Bibliographicas (de 1876) de que o autor delas possuia um exemplar de uma das impressões populares da *Lenda*, que durante os séculos XV e XVI (de 1506 em diante) foram lançadas em *pliego suello*, *caderno* ou *folha volante*, desejou naturalmente conhecê-lo, a-fim-de fazer o confronto e a análise, e tirar as conseqüências.

Recebeu então não só fidedigno traslado diplomático, mas também extractos da única tradução portuguesa existente, tardia e livre, (1) assim como informações numerosas e minuciosas, pessoalmente colhidas, em parte, pelo interessado em excursões ás localidades onde a *Lenda* se fixara — (Montemor-o-Velho, Lorvão, e sobretudo Ceixa) á procura de vestígios, quer tradicionais, quer eruditos, nacionalizados desde que Bernardo de Brito transformara a Fábula em História documentada. Informações p. ex. sobre a Porta do Sol de Montemór, ogival; a igreja oitavada de Ceixa; a festa com *Auto* ou *Farsa* (espécie de *mouriscada*) que se costumava celebrar no século passado, em comemoração do feito central da *Lenda*.

O leitor lembra-se dêle, com certeza? Conhece o estupendo sacrificio realizado no século IX, no reinado de um Ramiro de Leon (2), quando escasseavam os víveres no castelo de Montemor, sitiado pelo rei Almanzor de Córdova? E conhece aquêle renegado ingrato que, devendo tudo ao Abade, o atraiçoou (3): — a degolação de velhos, mulheres e crianças? E o ainda mais estupendo milagre da ressurreição de todos os degolados, quando a desesperada sortida dos varões fôra coroada dum êxito brilhante e da morte do monstro. (4)

(1) Parcela da *Historia* de Montemor, intitulada *Manlianense*. à latina (dê Manlio, procónsul e suposto fundador da vila), que é obra do Capitão Antonio Correa da Fonseca e Andrade (1713 a 15). A versão do *Caderno* é livre, salpicada de reflexões moralizantes, e vestida das galas do estilo bombástico da época.

(2) Ramiro I na Lenda, Ramiro III segundo Brito e sucessores.

(3) *Garcia* enquanto cristão, *D. Garcia* desde que recebeu a ordem de Cavalaria, Çulema, D. Çulema e Abdallah depois da Circuncisão.

(4) A redacção de Brito é uma amalgama de materiais realmente históricos, outros apócrifos (como dois diplomas redigidos em Lorvão) e scenas novelescas — cheias de impertinências. Indeciso fica, se essas são da lavra dêle ou se porventura conheceu outra redacção da *Lenda*, em que já as introduzira um novelista de princípios do século XVI, cujo nome (João de Flores) figura na reimpressão de 1694.

Pela minha intervenção, e pelas notas que eu juntara de própria sciência, fui recompensada com o gentilíssimo ofertório da obra do investigador castelhano, cheia de erudição e boa-crítica, e bem elaborada, imparcialmente conquanto patrioticamente.

A Aníbal Fernandes Tomás (que a princípio talvez acreditasse nas fábulas de Brito e Faria de Sousa), claro que Menendez Pidal também lhe tributou louvores sinceros pela sua liberalidade ⁽¹⁾. E êsses louvores desejo renovar, e reforçar aqui, levando ao conhecimento dos que tomam parte nesta *Homenagem* a trama e os resultados da análise ⁽²⁾. E principalmente as objecções que entendo dever fazer acerca de um ponto capital e delicado: o da *autoria*. Não para um espanhol, como faz o professor de Madrid, mas para um juglar *português*, vindico a primeira composição da Lenda: o Poema, perdido, de que derivam as prosificações existentes, castelhanas.

Segundo Pidal prova, o texto de Almela, redigido para leitores cultos, e o do *Caderno* popular (um dos muitos que corriam manuscritos no século XV e, posteriormente constituíram a literatura de cordel) são no fundo iguais. Derivam de outra prosa anterior, perdida, ou pelo menos desconhecida.

Todavia, há diferenças numerosas. O historiador reduz naturalmente a narração. Omite capítulos inteiros. Na reimpressão o seu texto enche doze a treze páginas, ao passo que o *Caderno* ocupa trinta. Altera os ingredientes históricos, segundo o saber do século XV, introduzindo vários novos, não sem errar ⁽³⁾.

Importante é, a meu vêr, para a história da Lenda, apenas o remate, relativo à finalidade do Poeta, que é, segundo o critico, a glorificação do mosteiro de Alcobaça, e a sua fundação — fantasiada embora.

No último capítulo do *Caderno*, o Abade manda fazer efectivamente uma igreja e um mosteiro no sitio onde desbaratara Almanzor, e nele permanece até morrer. Mas não dá claramente o nome topográfico. Apenas lembra-o, chamando de

(1) A fl. XX, XLII, LXV, LXVIII e LXXI.

(2) O espaço concedido aos colaboradores não admite que eu entre em pormenores.

(3) A ordem de Cistel, coloca-a no tempo do Abade — e até dos Godos!

Alcobas (1) a mata (montanha) onde o Abade passou a noite depois da batalha (2), e registando, no parágrafo final, que êle mandou fazer ali uma igreja e mosteiro (op. 54, 13.)

Almela, pelo contrário, nomeia *Alcobaça* como fundação do Abade (17, 2 e 5), mas fala confusamente da batalha. Ela deu-se no lugar de aí em diante chamado *Aljuba rota* (3).

Em seguida assenta que D. João ficou onde agora está o Mosteiro de *Alcobaça*, como se as duas localidades fôsem uma só. E conta, como remate, que de *alli quedó para siempre que no dicto mosteiro de Alcobaça... não pode ser abade dêle quem não for Cavaleiro fidalgo, etc.* (4)

A meu ver é epílogo ou glosa do Historiador, que sabia dos privilégios do *Abade dos Abades*, obrigado como fronteiro-mór a ter vinte arneses prontos (5) etc. etc., e por causa dêles admitira a *Lenda de Alcobaça* e do Abade guerreiro no seu *Compendio Historial*.

Pidal é todavia de outra opinião. Para explicar a falta do nome de *Alcobaça* no *Caderno*, recorre a uma conjectura, fácil e possível na verdade, mas ainda assim improvável. O original manuscrito do *Caderno* estava, segundo a sua opinião, mutilado, tendo rôtas as ultimas fôlhas. Completo e perfeito era o diverso de que Almela se serviu (entre 1479 e 1491).

Mas, replico eu, se os *Cadernos da Historia* corriam manuscritos durante todo o século XV, havendo até duas redacções

(17) *Alcoubas* em Brito, e na *Historia Mantianense*.

É como se procurasse e encontrasse um *Val de Combas* perto de Ceiça, essa localidade substituiu, na mente de muitos narradores, e na tradição local, a de *Alcobaça*, — cuja fundação histórica brigava em demasia com a *Lenda do Abade D. João*.

(2) Pag. 53, 4.

(3) Almanzor, ferido nas costas pela lança do Abade que o persegue exclama que sómente *el aljuba le avia rota* (p. 16, 12). Das confusões e dúvidas acêrca dêsse episódio não posso tratar aqui.

(4) Depois de repetir com palavras modificadas que *de aquel monesterio non puede ser abad el, si no fuere muy diestro en el fecho de las armas, e cavallero e aprovado en la guerra segun que lo hera el abad Don Johan de Montemayor, acrescenta: E es de saber que todos los hombres e mugercs que mataron e resusitaron en M. por manifestar Nuestro Señor Dios sus grandes maravillas, oy en dia los que descenden de aquel linaje tienen en el cuello una señal de manera de un filo como fueron degollados.*

(5) Ao escrever o Cap. 446 em que dá conta da fundação histórica por Afonso Henriques, Almela não se lembrou da *Historia do Abade João*.

distintas ⁽¹⁾, e se o *Poema* do século XIV de que derivaram as prosificações, existia ainda nos fins do século XVII, não podia haver em 1506 (data da primeira impressão conhecida da *Historia*) para seu autor grandes dificuldades em completar e rectificar eventuais lições estropiadas do traslado que obtivera.

*

E êsse *Poema*, onde está? Comquanto não se conservasse, não se pode duvidar da sua existência; nem tão pouco de que, mera ficção, sem base histórica, acabaria fantasiando, nos versos finais, a fundação de um cenóbio, em que o Abade guerreiro se recolheu.

Em ambas as prosificações ha reflexos de um original poético; há inspiração épica, ha lugares-comuns das *Gestas* (v. g. *llorando de sus ojos*; e a interjeição *ya*): há imitações e reminiscências dos *Cantares del Cid*; dos *Infantes de Lara*; do *Poema de Fernan Gonzalez*, e do *Livro de Alexandre*, lidos em toda a Península.

Segundo Pidal, há mesmo no *Caderno*, menos vezes no resumo de Almela ⁽²⁾, restos de rimas assonantes, em número maior de quatro, sendo elas fim de hemistíquios octonários; e ha mesmo versos inteiros de 16 sílabas ⁽³⁾, sinal certo de que o *Poema* juglaresco, do tempo da decadência da arte épica, era uma *Gesta* de versos longos épicos *Castelhanos*. E por isso

(1) O investigador torna provável que Brito se serviu de um texto, divergente do conhecido, e que era familiar também ao autor da *Coronica de San Bento* (1699), mais cheia de patranhas e impertinências do que a Vulgata. Obra talvez do novelista Juan de Flores, conforme ja disse, que em princípios do século escrevera *Grisel y Mirabella* — visto que o nome dêle figura numa reimpressão da *Lenda*, de 1693, a qual se deve basear em outra, perdida. Certeza — não a há, por causa da invencionice do fabulador da *Monarquia Lusitana*.

(2) Muito menos vezes, como é natural. Só vejo três exemplos, e êsses duvidosos.

(3) Por ex. *Fagades pleito omenaje de tener me poridade — como si fueran hermanos de un padre y una madre. — Non mee queredes creer de cosa que vos (yo) digo.*

mesmo obra de um espanhol, provavelmente *Leonês* (1). E talvez *Berciano* (2).

Um *Português*, mesmo caso se houvesse servido no século XIV da língua essencialmente épica do Centro, não falsificava a história pátria, não substituiu a data da verdadeira fundação do Mosteiro de Alcobaça por Afonso Henriques, escolhendo outra fabulosa: do século IX, em que Portugal ainda não existia como reino.

Sem desconsiderar a valia dêsses e de outros argumentos, exagerados pelo douto Romanista a favor da origem espanhola do *Poema* — v. g. a pequena parte que Portugal teve na elaboração épica, comparada com a de Espanha, e sua própria grandíssima na arte lírica — acho-os insuficientes. Parece-me estranhável que o *Poema* se perdesse e nem uma só alusão ao assunto se encontre na literatura castelhana; estranhável também que lhe falte aquêl caracter *nacional* que distingue as epopeias todas, e que, a-pesar-do feitiço heroico-novelesco, nem um só romance saísse dêle.

Mais convincentes são os argumentos que se podem e devem apresentar a favor da origem portuguêsã, e da suposição de que um juglar, de fantasia desenfadada, quer monje de Lorvão ou de Alcobaça, quer habitante de Ceixa ou de Montemór, conhecedor de um lado das tradições locais a respeito de um Abade Matamouros e lendas internacionais como a degolação e ressurreição, e do outro lado também as epopeias peninsulares, não se importasse, por ser anterior aos *chronistas*, com o rigoroso historismo apregoado pelos Portuguezes na era do Renascimento.

E, embora talvez no século XIV já se fôsse espalhando outra lenda relativa à fundação de Alcobaça — a do voto de Afonso Henriques — essa não tinha caracter romântico que o atraísse.

Assonantes não são difíceis de extrair de toda e qualquer prosa narrativa peninsular (3).

(1) Além de o assunto todo e Rei Ramiro ser leonês, entrou na Lenda um D. Giraldo de Astorga.

(2) Quanto à invasão do ocidente por Almanzor e Çulema, *Vilafranca de Balcazar* (*Ben-Alcazar, Venalcacer, Valcarce, Valcarcel*), hoje *Villafranca del Bierzo*, é a única cidade cuja destruição é mencionada (34, 13).

(3) Quasi todos os assonantes castelhanos tem correspondentes em português. Dos registados por Pidal fazem excepção alguns em *ue* (e e) e *i*.

Com os nomes leoneses de Astorga e Villafranca del Bierzo rivalizam, vencendo-os em número e importância, os indispensáveis de Coimbra e o Mondego. Montemor, Lorvão, e sobretudo no último capítulo Aljubarota e Alcobas ou Alcobaga.

O principal argumento, é todavia, que possuímos àcerca do *Poema* o testemunho de um português coevo, autor de outro Poema juglaresco (e em quadras) também sobre um assunto peninsular, hispano-português e não meramente lusitano: o da *Batalha do Salado*, de *Afonso Giraldes*, perdido, como o do Abade, e como — ai de nós! — tantos outros valores literários.

Dêle subsistem apenas dez quadras ⁽¹⁾. E numa, do princípio, ao memorar o que outros haviam contado nos seus poemas, o autor dizia:

Outros falam da gram razom
de Bistoris gram sabedor ⁽²⁾.
e do Abade dom Joam
que venceo rei Almanzor.

Acaso feliz e base sólida para termos o Poema em conta de criação *portuguesa*, embora seja estreita, como é a do *Lais de Leonoreta*, para a atribuição do primeiro *Amadis* a um Lobeira.

A razão porque o Poema não arraigou nem frutificou aqui, deve estar no facto de ser ficção, e não história verdadeira, conforme se exigia desde Fernão Lopes, Zurara e Galvão. E também, na superior actividade literária dos nossos vizinhos, que o nacionalizaram, por causa da parte essencial que *Leon* tem na *Lenda*, e depois gastaram nos séculos XVI e XVII

(1) Do *Poema*, de que Fr. António Brandão possuía um exemplar em 1632 (*Chron. de Cister* 28 e 29 e *Mon. Lusit.* III, 10, 45) e que seu sobrinho Fr. Francisco comunicou a Jorge Cardoso (*Agiologio* I, 328) ocupei-me na minha *História da Literatura Portuguesa* (§ 49 e 50).

(2) De *Bistoris* talvez seja corrupção de *daristolles*, o sábio grego do qual a idade média contava mais de uma história.

numerosas edições do folheto popular (1), de que Portugal não fez nenhuma, nem tão pouco versões.

*

Muitissimo mais poderia dizer.

Basta contudo indicar que o *Poema* e o *Caderno* me interessam sobretudo por pertencerem ao grupo de obras hispânicas que, criadas em Portugal e em português, se perderam, subsistem apenas em versão castelhana, francesa ou latina — como o *Amadis*, as *Cartas de Soror Mariana* e talvez o *Exemplar Humanae vitae* de Uriel da Costa — e que por isso mesmo a *Lenda do Abade* terá lugar no indispensável livro futuro sobre as relações íntimas *hasta mas no poder* de Espanha e de Portugal.

Nêle se repetirão os louvores devidos a Aníbal Fernandes Tomás.

Porto, Janeiro de 1923.

(1) Até hoje sabe-se ou suspeita-se das seguintes impressões: 1506, Burgos (Reg. de Colon N.º 3319); 1520 (composto por Juan de Flores); 1562, Valladolid; 1584, Sevilha (*Histo Manl.*); 1603 (Mus. Britânico) 1632 (*Agiologio*) e 1693, Córdova (composta por Juan de Flores). Da de 1603 foi descoberto um exemplar no Museu Britânico, e descrito por Milton A. Buchanan (Chicago, em *Modern Philology* (Jan. de 1906). Da mesma familia a que pertence o texto de 1562, tem todavia variantes de peso.



15113



Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header, which is mostly illegible due to fading.

Main body of handwritten text, consisting of several lines of cursive script. The text is significantly faded and difficult to decipher.

Additional handwritten text located in the lower middle section of the page, also appearing as faint cursive script.